

Capítulo II - Da escrituração

Capítulo III - Da transcrição e da averbação

Capítulo IV - Da ordem dos serviços

Capítulo V - Das notificações extrajudiciais

Capítulo VI - Do cancelamento

## **TÍTULO IX - DOS SERVIÇOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS**

### **Capítulo I - Dos livros e sua escrituração**

Seção I - Das disposições gerais

Seção II - Do livro de recepção de títulos para exame e cálculo de emolumentos

Seção III - Do livro nº 1 – protocolo

Seção IV - Do livro nº 2 – registro geral

Seção V - Do livro nº 3 – registro auxiliar

Seção VI - Do livro nº 4 – indicador real

Seção VII - Do livro nº 5 – indicador pessoal

Seção VIII - Do livro de registro de aquisição de imóveis por estrangeiros (lei nº 5.709/71)

Seção IX - Dos livros suplementares

### **Capítulo II - Da matrícula**

Seção I - Das disposições gerais

Seção II - Da abertura da matrícula

Seção III - Fusão de matrículas

Seção IV - Princípio da concentração na matrícula

Seção V - Do bloqueio da matrícula

Seção VI - Do cancelamento e encerramento da matrícula

Seção VII - Da suscitação de dúvida

Seção VIII - Da retificação no registro imobiliário

Subseção I - Das hipóteses de retificação

Subseção II - A retificação dos direitos e/ou fatos

Subseção III - A retificação bilateral ou consensual

Subseção IV - Da análise qualitativa e quantitativa

Subseção V - Do procedimento da retificação imobiliária no registro de imóveis

Seção IX - Da qualificação registral

Subseção I - Das disposições gerais

Subseção II - Das certidões

Subseção III - Dos títulos judiciais

Subseção IV - Instrumentos públicos e administrativos

Subseção V - Dos direitos reais

Subseção VI - Dos instrumentos particulares

Subseção VII - Da escritura pública

Seção X – Do pedido de reconhecimento da usucapião extrajudicial nas hipóteses em que o imóvel usucapiendo não se encontre matriculado ou transcrito (**Seção acrescida pelo Provimento nº 26/2018-CGJ**)

### **Capítulo III - Do registro**

Seção I - Das disposições gerais

Seção II - Instituição do bem de família

Seção III - Das hipotecas

Seção IV - Das cédulas de crédito

Subseção I - Cédulas de Crédito Rural – CCR

Subseção II - Cédula Rural Pignoratícia - CRP

Subseção III - Cédula Rural Hipotecária – CRH

Subseção IV - Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária – CRPH

Subseção V - Nota de Crédito Rural – NCR

Subseção VI - Da cédula de produto rural e cédula de produto rural financeira

Subseção VII - Da Cédula de Crédito Bancário – CCB

Subseção VIII - Da cédula de crédito comercial, industrial e a exportação

Seção V - Dos arrestos e sequestros de imóveis e das citações de Ações reais ou pessoais reipersecutórias relativas a imóveis

Subseção I - Das penhoras, arrestos e sequestros de imóveis oriundos da justiça do trabalho

Seção VI - Das servidões

Seção VII - Das convenções ou pactos antenupciais

Seção VIII - Das escrituras de separação, divórcio e inventário extrajudicial

Seção IX - Da carta de sentença em separação judicial

Seção X - Do formal de partilha

Seção XI- Dos pré-contratos relativos a imóveis loteados

Seção XII - Das arrematações e adjudicações em hasta pública

Seção XIII - Da transferência de imóvel para sociedade empresária

Seção XIV - Dos contratos de locação

Seção XV - Da compra e venda

Seção XVI - Da promessa de compra e venda

Seção XVII - Da compra e venda com cessão de direitos

Seção XVIII - Da alienação fiduciária de bens imóveis

Subseção I - Da constituição da propriedade fiduciária

Seção XIX - Da doação entre vivos

Seção XX - Da dação em pagamento

Seção XXI - Da permuta ou troca

Seção XXII - Do direito de superfície

Seção XXIII - Do usufruto de imóvel

Seção XXIV - Do registro de carta de arrematação decorrente de execução

Extrajudicial

Capítulo IV - Da averbação

Seção I - Das disposições gerais

Seção II - Da averbação premonitória

Seção III - Dos pactos antenupciais e da alteração do regime de bens

Seção IV - Da edificação, reconstrução, demolição, reforma ou ampliação de prédio

Seção V - Das obrigações, direitos, cessões, concessões, títulos e outras ocorrências ambientais

Subseção I - Das disposições gerais

Subseção II - Da reserva legal

Subseção III - Da compensação de reserva legal

Subseção IV - Da servidão ambiental

Seção VI - Da averbação de quitação do preço

Seção VII - Da alteração do estado civil

Seção VIII - Das sentenças de separação judicial, divórcio, nulidade ou anulação de casamento

Seção IX - Da averbação de interdição

Seção X - Dos contratos de compra e venda com substituição de mutuário

Seção XI - Dos decretos de desapropriação

Seção XII - Da alteração do nome e da transformação das sociedades

Seção XIII - Do tombamento de imóveis

Seção XIV - Da averbação dos contratos referentes aos imóveis financiados pelo sistema financeiro de habitação - “contratos de gaveta”

Seção XV - Da enfiteuse

Seção XVI - Do georreferenciamento

Subseção I - Da obrigatoriedade da certificação

Subseção II - Da dispensa de certificação

Subseção III - Dos procedimentos de averbação de georreferenciamento e registro de títulos definitivos de domínio emitidos pelo poder público, estadual e/ou federal

Subseção IV - Da averbação do georreferenciamento em matrícula de título deslocado e/ou sobreposto

Seção XVII - Do Sistema Financeiro de Habitação - SFH

## **CAPÍTULO V - Do parcelamento do solo urbano - loteamentos e desmembramentos**

### **Dos loteamentos de imóveis urbanos e rurais**

Seção I - Disposições gerais

Seção II - Da competência territorial

Seção III - Da regularização do parcelamento

(conjuntos habitacionais não registrados)

Seção IV - Dos depósitos nos loteamentos urbanos irregulares

Seção V - Do processo e registro

Seção VI - Das intimações e do cancelamento

Capítulo VI - Do condomínio edilício

Seção I - Da incorporação imobiliária

Seção II - Do memorial de incorporação

Seção III - Instituição de condomínio

Seção IV - Do habite-se parcial – especificação parcial de condomínio

Seção V - Da convenção de condomínio

Seção VI - Do patrimônio de afetação

### **Capítulo VII - Da regularização fundiária urbana**

Seção I - Das disposições gerais

Seção II - Do procedimento geral do registro do projeto de regularização fundiária

Seção III - Da regularização de condomínio de frações ideais

Subseção IV - Da demarcação urbanística

Seção IV - Da legitimação de posse

Seção V - Da regularização de glebas urbanas parceladas antes da lei nº 6.766/79

Seção VI - Da abertura de matrícula para área pública em parcelamento não registrado

Seção VII - Da abertura de matrícula de imóvel público

Seção VIII - Da regularização dos conjuntos habitacionais

Seção IX - Das disposições finais

Seção X - Do cadastro de regularização fundiária urbana

### **Capítulo VIII - Da Regularização Fundiária Rural**

Seção I - Das disposições gerais

Seção II - Da regularização de parcelas de imóveis rurais em condomínio *pró diviso*

Seção III – Do Regimento Interno da Comissão de Assuntos Fundiários e Registros Públicos da Corregedoria-Geral da Justiça - CAF/MT

Seção IV – Da comissão de assuntos fundiários de âmbito municipal

Seção V - Da regularização de projetos de assentamentos rurais do incra e o registro de títulos da reforma agrária junto aos cartórios de registro de imóveis do estado de mato grosso

Subseção I - Dos títulos da reforma agrária

Subseção II - Do procedimento de registro do projeto de assentamento rural

Subseção III - Da exigência do georreferenciamento para o registro do título definitivo de domínio

Subseção IV - Das disposições gerais

Seção VI - Do cadastro de regularização fundiária rural

Subseção I - Instrumento Particular do Fundo Terras e de Reforma Agrária, com força de escritura pública, e redução 50% no pagamento de registro de escritura imóveis derivados de crédito fundiário.

Capítulo IX - Da aquisição e arrendamento de imóveis rurais por estrangeiros

Seção I - Das disposições gerais

Seção II - Do caso específico dos cidadãos portugueses

Seção III - Das comunicações

Capítulo X - Da indisponibilidade de bens

Seção I - Da comunicação acerca da decretação de indisponibilidade de bens

Seção II - Central Nacional de Indisponibilidade de bens – CNIB

Capítulo XI - Da interligação por sistema eletrônico, denominado penhora *on line*, para averbações de penhoras de bens imóveis, por meio da central de serviços eletrônicos compartilhados da associação dos registradores imobiliários de São Paulo - ARISP

Seção I - Das disposições gerais

Seção II - Da certidão digital

Seção III - Das pesquisas para localização de imóveis e visualização de matrícula online

Seção IV - Da penhora eletrônica de imóveis (penhora online)